

REGIMENTO INTERNO

CENTRO DE APOIO À APRENDIZAGEM (CAA)

Índice:

	Página
Capítulo I - Disposições gerais	3
Artigo 1.º - Âmbito	3
Artigo 2.º - Definição	3
Artigo 3.º - Ação educativa do CAA	3
Artigo 4.º - Objetivos	3
Capítulo II - Constituição e coordenação do CAA	4
Artigo 5.º - Constituição	4
Artigo 6.º - Coordenação	5
Capítulo III - Locais e horários de funcionamento	5
Artigo 7.º - Locais de funcionamento	6
Artigo 8.º - Horários de funcionamento	6
Capítulo IV - Recursos humanos e materiais do CAA.....	6
Artigo 9.º - Recursos humanos	7
Artigo 10.º - Recursos materiais	7
Capítulo V - Formas de concretização dos objetivos específicos	7
Artigo 11.º - Promoção da qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem	7
Artigo 12.º - Apoio aos docentes do grupo ou turma a que os alunos com medidas pertencem	8
Artigo 13.º - Apoio à criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo	9
Artigo 14.º - Desenvolvimento de metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar	9
Artigo 15.º - Promoção da criação de ambientes estruturados,	

ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem	9
Artigo 16.º -Apoio na organização do processo de transição para a vida pós-escolar	9
Capítulo VI - Articulação dos recursos do CAA	10
Artigo 17.º - Formas de articulação com os recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola, designadamente no que respeita ao apoio e à avaliação das aprendizagens	10
Capítulo VI - Formas de medição do impacto do CAA na inclusão e aprendizagem de todos os alunos	10
Artigo 18.º - Instrumentos de monitorização do impacto do CAA	10
Artigo 19.º - Itens de ponderação na autoavaliação do CAA	11
Capítulo VII - Disposições finais	11
Artigo 20.º - Regimento Interno do CAA	11
Artigo 21.º -Entrada em vigor	11

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente regimento regula a atividade do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) do Agrupamento de Escolas de Portela e Moscavide, recurso organizacional previsto no Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, e aplica-se a todos os alunos do Agrupamento de Escolas de Portela e Moscavide, no contexto da escola em que estão inseridos.

Artigo 2.º

Definição

O CAA é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.

Artigo 3.º

Ação educativa do CAA

1 - A ação educativa promovida pelo centro de apoio à aprendizagem é subsidiária da ação desenvolvida na turma do aluno, convocando a intervenção de todos os agentes educativos, nomeadamente, quando aplicável, do docente de educação especial. Enquanto recurso organizacional, insere-se no contínuo de respostas educativas disponibilizadas pela escola.

2 - Para os alunos a frequentar a escolaridade obrigatória, cujas medidas adicionais de suporte à aprendizagem sejam as previstas nas alíneas b), d) e e) do n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, é garantida, no CAA, uma resposta que complemente o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à sua inclusão.

Artigo 4.º

Objetivos

1. O CAA, em colaboração com os demais serviços e estruturas da escola, tem como objetivos gerais:
 - a) Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
 - b) Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;
 - c) Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.
2. O CAA tem como objetivos específicos:
 - a) Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;
 - b) Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem;
 - c) Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
 - d) Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
 - e) Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem;
 - f) Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Capítulo II

Constituição e Coordenação e CAA

Artigo 5.º

Constituição

1. O CAA do agrupamento agrega os diversos recursos humanos e materiais que podem ser mobilizados para dar apoio aos alunos, nas seguintes respostas educativas/estruturas da escola:
 - a) Sala+ (Escola Básica 2, 3 Gaspar Correia) – sala dedicada aos alunos referidos no ponto 2 do 3.º artigo do presente regimento;
 - b) Unidade de Ensino Estruturado (Escola Básica 1 e Jardim de Infância da Portela) – resposta educativa criada no âmbito do 25.º artigo do Decreto-Lei 8/2003, de 7 de janeiro, posteriormente acolhida no CAA, de acordo com o ponto 1 do 36.º artigo do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho;
 - c) Grupo de Educação especial;
 - d) Apoio Pedagógico Acrescido (APA) – apoio letivo suplementar individualizado ou em pequenos grupos, de carácter temporário, para alunos do 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, no âmbito da alínea e), do ponto 2, do 8.º artigo do decreto-lei 54/2018, de 6 de julho;
 - e) Apoio Educativo - apoio letivo individualizado ou em pequenos grupos, de carácter temporário, para alunos do 1.º ciclo, no âmbito da alínea e), do ponto 2, do 8.º artigo do decreto-lei 54/2018, de 6 de julho;
 - f) Apoio Tutorial – direccionado a alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, tem como objetivo incrementar o envolvimento dos alunos nas atividades educativas, nomeadamente através do planeamento e da monitorização do seu processo de aprendizagem, estando previsto no ponto 4 do 44.º artigo do Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril;
 - g) Apoio Tutorial Específico (ATE) - destinado aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções. Tem como objetivo incrementar o envolvimento dos alunos nas atividades educativas, nomeadamente através do planeamento e da monitorização do seu processo de aprendizagem, estando previsto no Artigo 12º, do Despacho Normativo nº 4-A/2016, de 16 de julho;
 - h) Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) – desenvolve a sua atividade nos domínios: do apoio psicopedagógico a alunos, docentes e não docentes; do desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa; da orientação escolar e profissional ao longo da vida; e do apoio social. Engloba as valências de Psicologia Educacional, Psicologia Clínica e Educação Social;
 - i) Projeto de Educação para a Saúde (PES) – projeto que organiza, anualmente, atividades que visam a promoção da saúde e do bem-estar, abrangendo toda a comunidade escolar;
 - j) Português Língua Não Materna (PLNM) - Equipa coordenada que visa o acompanhamento de alunos previsto nas portarias números 226-A/2018, 229-A/2018, 232-A/2018 e 235-A/2018, respetivamente de 7, 14, 20 e 23 de agosto, no despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro, e no ofício-circular de agosto de 2020 sobre a integração de alunos migrantes. Engloba duas realidades, a saber, alunos que constituem a turma para a disciplina de PLNM e alunos a desenvolver o currículo de PLNM na disciplina de Português;
 - k) Unidade de Apoio ao Alto Rendimento Escolar (UAARE) – tem por objetivo conciliar, com sucesso, a atividade escolar com a prática desportiva de alunos/atletas do ensino secundário enquadrados no regime de alto rendimento, seleções nacionais ou de elevado potencial desportivo.
 - l) Clubes da Escola:

- i) Escola Básica 2, 3 Gaspar Correia: Clube de Expressões; Clube de Matemática, Clube de Teatro e Clube de Leitura;
 - ii) Escola Secundária Arco-Íris: Clube de Ciências, Clube de Teatro e Clube de Leitura;
 - m) Desporto Escolar;
 - i) Escola Básica 2, 3 Gaspar Correia: Escola Ativa; Boccia; Badmington; Basquetebol; Canoagem; Futsal infantil; Natação; Ténis; Vela; Voleibol;
 - ii) Escola Secundária Arco-Íris: Escola Ativa; Boccia; Desportos Gímnicos (Acrobática); Canoagem; Boccia; Natação; Ténis; Vela; Voleibol;
 - n) Outros projetos do agrupamento.
2. O CAA conta ainda com a colaboração das seguintes estruturas/entidades parceiras:
- a) Equipa de Saúde Escolar – de acordo com a alínea f) do 2.º artigo do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho;
 - b) Centro de Recursos para Tecnologias de Informação e Comunicação (CRTIC) - centro prescriptor de produtos de apoio do Ministério da Educação, no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, nos termos estabelecidos no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2011, de 23 de março;
 - c) Centro de Recursos para a Inclusão (CRI - Cercitejo), serviço especializado, acreditado pelo Ministério da Educação, que apoia e intensifica a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos com medidas seletivas de suporte à aprendizagem e inclusão;
 - d) Clínica MR Terapias – para avaliações do desenvolvimento e acompanhamento de alunos em Terapia da Fala, Psicologia Clínica e Psicomotricidade, com o apoio do subsídio de educação especial, em regime *pro bono* ou a título particular, apoio na escola ou na clínica;
 - e) Câmara Municipal de Loures (CML) - com a promoção dos projetos Hidroterapia (a desenvolver nas piscinas municipais da Portela) e Musicarte (desenvolvido na Sala+ e na unidade de ensino estruturado).
 - f) Proteção Civil, núcleo da CML- na identificação de problemas, ameaças e vulnerabilidades; na otimização dos recursos existentes para a prevenção e minimização dos riscos; na promoção de ações de sensibilização;
 - g) Escola Segura - no desenvolvimento de competências comportamentais, através da promoção de ações de sensibilização em turma e em momentos de reflexão individual;
 - h) Outras entidades parceiras que acolham alunos para desenvolver o seu Plano Individual de Transição ou que sejam prestadoras de apoios aos alunos.

Artigo 6.º **Coordenação**

- 1. O coordenador do CAA é designado pelo diretor.
- 2. O coordenador do CAA tem as seguintes funções:
 - a) Articular com o coordenador da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) para recolha de informação sobre os alunos que necessitam de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e que requerem a frequência em espaços/valências do CAA.
 - b) Articular com o diretor, tendo em vista a gestão dos espaços e dos recursos humanos e materiais, mediante as necessidades diagnosticadas.
 - c) Articular com os coordenadores/representantes/técnicos das várias respostas educativas/estruturas, que integram o CAA, para recolha de informação sobre o seu funcionamento, necessidades e apoio prestado aos alunos.

- d) Articular com os coordenadores/representantes/técnicos de entidades parceiras, no sentido de dar resposta a eventuais necessidades no que respeita à implementação de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão e/ou ao desenvolvimento dos planos individuais de transição.

Capítulo III

Locais e horários de funcionamento do CAA

Artigo 7.º

Locais de funcionamento

1. As atividades do CAA desenvolvem-se, de acordo com o perfil e necessidades dos alunos, nos seguintes espaços:
 - a) Espaços específicos da Escola Secundária Arco-Íris
 - i) Gabinete do SPO
 - ii) Biblioteca Escolar;
 - iii) Sala de Educação Especial;
 - iv) Sala UAARE
 - b) Espaços específicos da Escola Básica 2, 3 Gaspar Correia
 - i) Sala +
 - ii) Espaço do CRTIC
 - iii) Gabinete do SPO
 - iv) Biblioteca Escolar;
 - c) Espaços específicos da Escola Básica 1 e Jardim de Infância da Portela:
 - i) Sala da Unidade de Ensino Estruturado (para Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo);
 - ii) Gabinetes 1 a 4 (apoios/terapias/PLNM)
 - iii) Biblioteca Escolar;
 - d) Escola Básica 1 e Jardim de Infância Quinta da Alegria;
 - i) Duas salas de apoio (apoios/terapias/PLNM)
 - ii) Biblioteca Escolar;
 - e) Escola Básica 1 e Jardim de Infância Doutor Catela Gomes:
 - i) Um gabinete (apoios/terapias);
 - ii) Espaço dedicado às aulas de PLNM;
 - f) Outras salas para atividades de carácter individual ou em pequeno grupo, estabelecidas em cada ano letivo, nas várias escola, em função do horário do aluno e da disponibilidade de salas;
 - g) Espaços desportivos.
2. As atividades do CAA desenvolvem-se, de acordo com o perfil e necessidades dos alunos, nos seguintes espaços exteriores à escola:
 - a) GesLoures - piscinas municipais de Loures;
 - b) Centro Náutico do Parque das Nações;
 - c) Serviços locais para desenvolvimento do Plano Individual de Transição.

Artigo 8.º

Horários de funcionamento

1. O horário de funcionamento dos diferentes espaços específicos do CAA é divulgado, em cada ano letivo, junto da comunidade educativa e afixado nos respetivos locais. É feita a sua atualização, sempre que haja necessidade de proceder a alterações.

2. Os horários para as atividades de carácter individual ou em pequeno grupo, estabelecidas em cada ano letivo, constam do horário dos alunos e professores e/ou são comunicados previamente ao encarregado de educação, em documento próprio.

Capítulo IV

Recursos humanos e materiais do CAA

Artigo 9.º

Recursos humanos

1. O CAA integra os seguintes recursos a prestar serviços no agrupamento:
 - a) Docentes de educação especial;
 - b) Educadores de infância e docentes de várias disciplinas e ciclos de ensino;
 - c) Técnicos especializados (psicólogas e educadoras sociais);
 - d) Assistentes operacionais;
2. Por intermédio das parcerias estabelecidas entre o agrupamento e outras entidades, o CAA conta ainda com os seguintes recursos humanos:
 - a) Terapeutas da fala, técnicos de psicomotricidade/terapeutas ocupacionais, fisioterapia, psicólogos e mediadora social (CRI, clínica MR Terapias e outras clínicas);
 - b) Funcionários de empresas/instituições onde os alunos, com medidas adicionais, desenvolvem o seu Plano Individual de Transição (PIT);
 - c) Equipa de Saúde Escolar (Unidade de Cuidados Continuados de Sacavém).
3. Os recursos humanos, referidos nos dois pontos anteriores, podem ser mobilizados em qualquer escola do agrupamento, tendo em conta o perfil e as necessidades educativas do aluno.

Artigo 10.º

Recursos Materiais

1. O CAA tem ao seu dispor diversos recursos materiais, nomeadamente: audiovisuais, tecnológicos, manuais escolares, materiais manipuláveis, acervo das bibliotecas escolares, guiões de estudo, fichas de trabalho, jogos didáticos, material para a concretização das atividades de vida diária, materiais para a prática desportiva; materiais de Educação Visual e Educação Tecnológica; material de desgaste, entre outros.
2. Os recursos materiais existentes no agrupamento poderão ser utilizados por todos os alunos/professores e técnicos, quando deles necessitarem, se disponíveis, através da requisição solicitada ao responsável pelo espaço.

Capítulo V

Formas de concretização dos objetivos específicos

Artigo 11.º

Promoção da qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem

1. No sentido de promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem, o CAA mobiliza, quando necessário, os seguintes recursos:
 - a) Para os alunos abrangidos por medidas adicionais:

- i) Professores de educação especial, professores coadjuvantes e assistentes operacionais, para acompanhar, sempre que necessário, os alunos nas atividades desenvolvidas no contexto de sala de aula e noutras atividades com a turma, de forma a potenciar a sua integração;
 - ii) Locais específicos, referidos nas alíneas b) e c) do ponto 1, do 5.º artigo do presente regimento, e recursos humanos adequados para dar uma resposta que complemente o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à inclusão dos alunos cujas medidas adicionais de suporte à aprendizagem sejam as previstas nas alíneas b), d) e e) do n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, nomeadamente na Unidade de Ensino Estruturado.
 - iii) Apoios em psicologia clínica, fisioterapia, terapia da fala, mediadora social e psicomotricidade/terapeuta ocupacional, através do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI - Cercitejo).
- b) Para os alunos abrangidos por medidas seletivas: docentes de educação especial e/ou outros docentes que assegurem as medidas de suporte e aprendizagem previstas nas alíneas c) d) e e) do ponto 2, do 9.º artigo do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho.
- c) Para os alunos abrangidos por medidas universais, tendo em conta o seu perfil e necessidades educativas:
- i) As medidas educativas referidas nas alíneas d), e) f), g) do ponto 1, do 5.º artigo do presente regimento;
 - ii) Apoio em Psicologia Clínica e/ou em Educação Social através do Serviço de Psicologia e Orientação.
 - iii) Apoio em Psicologia Clínica e/ou em Terapia da Fala através da Clínica MR Terapias, em regime pro bono, através do subsídio de educação especial, quando aplicável, ou a título particular;
 - iv) Integração em clubes da escola e/ou no desporto escolar.
2. Sempre que necessário, o CAA conta com o auxílio do Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para efeitos da atribuição de produtos de apoio de acesso ao currículo.
3. No caso dos alunos com Plano de Saúde Individual, quando necessário, o CAA conta ainda com a colaboração da Equipa de Saúde Escolar, no sentido de capacitar os recursos humanos necessários no acompanhamento dos alunos, de forma a assegurar a sua plena integração.

Artigo 12.º

Apoio aos docentes do grupo ou turma a que os alunos com medidas pertencem

1. Enquanto especialistas, os docentes de Educação Especial dão suporte aos demais docentes do grupo turma dos alunos que evidenciem necessidade de apoio às aprendizagens assumindo um papel essencial no processo de flexibilidade curricular e contribuindo para a promoção de competências sociais e emocionais. O seu trabalho é, também, relevante nos processos de gestão dos ambientes de sala de aula, na constituição de grupos de alunos consoante as suas necessidades e potencialidades, na adequação das metodologias de ensino e de aprendizagem, na definição de percursos de melhoria das aprendizagens, no trabalho interdisciplinar e na monitorização da implementação de medidas de apoio à aprendizagem.
2. Os técnicos do SPO dão orientações/apoio nos casos analisados, acompanham e intervêm individualmente, em pequenos grupo e com sessões com o grupo turma.
3. De acordo com o referido no 3.º ponto do artigo anterior, caso os alunos tenham Plano de Saúde Individual, quando necessário, a Equipa de Saúde Escolar capacita os docentes e não docentes para o acompanhamento dos discentes, no contexto das suas situações clínicas.

Artigo 13.º

Apoio à criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo

1. O suporte dos professores de Educação Especial, referido no 1.º ponto do artigo precedente, traduz-se, também, na sua colaboração na criação/adaptação de materiais, de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação, junto dos docentes.
2. Nas várias escolas do agrupamento, os docentes têm ao seu dispor, nas várias valências do CAA, os recursos materiais referidos no ponto 1, do 10.º artigo do presente regimento, que permitem a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diferentes componentes do currículo.
3. Sempre que necessário, o Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação garante a prestação de serviços de informação, formação e aconselhamento, no que respeita à utilização dos produtos de apoio fornecidos e ainda sessões públicas para a clarificação da utilização de produtos de apoio, de acordo com as características dos alunos, tendo como destinatários: docentes, técnicos e encarregados de educação.

Artigo 14.º

Desenvolvimento de metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar

O CAA agrega várias respostas educativas/estruturas, da escola ou parceiras, que podem dar apoio aos alunos que se confrontem com barreiras à aprendizagem. Consoante o perfil do aluno e a natureza das suas barreiras, o CAA permite desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem o processo de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar, através da mobilização articulada dos recursos necessários, de acordo com referido no 11.º artigo do presente regimento.

Artigo 15.º

Promoção da criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem

O docente de Educação Especial e professor/educador, em articulação, definem e aplicam um conjunto de princípios e estratégias, com base em informação visual, que promovam a organização do espaço, do tempo, dos materiais e das atividades, na sala, no caso dos alunos com autismo integrados:

- a) na Unidade de Ensino Estruturado;
- b) nos jardins de infância das escolas do agrupamento;
- c) na Sala +.

Artigo 16.º

Apoio na organização do processo de transição para a vida pós-escolar

1. Sempre que o aluno esteja abrangido pela alínea c, do ponto 4, do 10.º artigo do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, o CAA garante os recursos necessários para a implementação do seu Plano Individual de transição, destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, quando possível, para o exercício de uma atividade profissional ou para o prosseguimento de estudos, além da escolaridade obrigatória. O Plano Individual de Transição poderá desenvolver-se em parceria com uma entidade da comunidade, exterior ao agrupamento, mediante a celebração de um protocolo ou em ambiente protegido, numa das escolas do agrupamento.
2. O Serviço de Psicologia e Orientação promove sessões, não obrigatórias, de orientação vocacional para os alunos do 9.º ano, no sentido de os apoiar na escolha do seu percurso escolar, tendo em conta os seus interesses, as suas aptidões e as ofertas de educação e formação disponíveis dentro e

fora do agrupamento. Faz, também encaminhamentos para diferentes ofertas educativas existentes, antes e depois do 9º ano.

Capítulo VI

Articulação dos recursos do CAA

Artigo 17.º

Formas de articulação com os recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola, designadamente no que respeita ao apoio e à avaliação das aprendizagens

1. O coordenador do CAA faz o trabalho de articulação referido no ponto 2 do 6.º artigo do presente regimento,
2. Em sede de Conselho de turma ou através do agendamento de reuniões, os docentes de Educação Especial articulam com os demais intervenientes (educadores/professores titulares de turma/diretores de turma, pais, docentes das diferentes disciplinas e técnicos), no sentido de promover a plena integração do aluno, bem como para elaboração dos Relatórios Técnico-Pedagógicos e Adendas, dos Programas Educativos Individuais e dos Planos Individuais de Transição.
3. Os professores envolvidos nas respostas educativas, que integram o CAA, articulam com o professor titular de turma/diretor de turma através de relatórios, ficheiros partilhados, entre outros e, quando necessário, com outros docentes do conselho de turma e/ou com os docentes de Educação Especial
4. Os técnicos especializados (psicólogos e educadores sociais da escola e técnicos do CRI, da MR Terapias ou de outras entidades) articulam com os educadores/professores titulares/diretores de turma dos alunos apoiados no CAA, com os docentes de Educação Especial e, sempre que necessário, com a família.
5. O Centro de Recursos para a Inclusão atua numa lógica de trabalho de parceria pedagógica e de desenvolvimento com o agrupamento, prestando serviços especializados, facilitadores da implementação de políticas e de práticas de educação inclusiva.
6. A avaliação compreende uma função autorreguladora que permite fundamentar a continuidade ou reajustamento de estratégias pedagógicas e/ou de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Neste sentido, os recursos humanos do CAA trabalham de forma colaborativa na avaliação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão dos alunos que delas necessitem, formalizando-se esta avaliação em sede de Conselho de Turma, pelo preenchimento do documento “Ficha de avaliação Periódica – Medidas Universais, Seletivas e Adicionais”.

Capítulo VI

Formas de medição do impacto do CAA na inclusão e aprendizagem de todos os alunos.

Artigo 18.º

Instrumentos de monitorização do impacto do CAA

Constituem instrumentos de monitorização do impacto do CAA nas aprendizagens dos alunos, os seguintes elementos:

- a) “Ficha de avaliação Periódica – Medidas Universais, Seletivas e Adicionais”;
- b) Ficha de avaliação individual dos alunos;
- c) “Atribuição de apoios” – ficheiro partilhado do *Google Sheets*.

- d) “Informações dos Planos de Saúde Individual e outros dados relevantes” - ficheiro partilhado do *Google Sheets*.
- e) Ficheiro partilhado com informações sobre os alunos acompanhados pelo Serviço de Psicologia e Orientação;
- f) Grelhas com os alunos inscritos no PLNM;
- g) Pontos de situação da MR Terapias;
- h) Outras listagens.

Artigo 19.º

Itens de ponderação na autoavaliação do CAA

De acordo com o manual de apoio à prática do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, a autoavaliação do CAA deverá contemplar os seguintes itens de ponderação:

- a) O CAA privilegia o trabalho colaborativo com os professores de turma dos alunos;
- b) O CAA contempla o trabalho colaborativo com outros profissionais;
- c) O CAA promove a capacitação dos pais;
- d) São identificadas as barreiras à participação e à aprendizagem dos alunos;
- e) São mobilizadas respostas em contexto de sala de aula que visam eliminar essas barreiras;
- f) As ações do CAA têm como finalidade promover a aprendizagem e a participação dos alunos;
- g) O apoio aos alunos tem carácter complementar ao trabalho em sala de aula;
- h) O apoio aos alunos tem enfoque em competências específicas, não possíveis de ser desenvolvidas noutro contexto;
- i) O apoio aos alunos visa a generalização das competências desenvolvidas a outros contextos;
- j) As respostas mobilizadas para cada aluno são perspectivadas de forma integrada;
- k) A ação do CAA constitui uma força motriz para o desenvolvimento de práticas inclusivas;
- l) Fragilidades e pontos fortes do CAA.

Capítulo VII

Disposições finais

Artigo – 20.º

Regimento interno do CAA

1. O presente regimento poderá ser revisto, mediante proposta do Diretor ou do Coordenador do CAA.
2. Em tudo o que fica omissa a este regimento, aplicam-se as normas definidas no Regulamento Interno e a legislação em vigor.

Artigo – 21.º

Entrada em vigor

O presente regimento entrará em vigor imediatamente após o parecer favorável do Conselho Pedagógico.